

Plano de Trabalho CPC-USP, 2010-2014

José Tavares Correia de Lira

Rose Satiko Gitirana Hikiji*

Nossa proposta de trabalho visa desenvolver algumas dimensões constitutivas do Centro de Preservação Cultural, e ao mesmo tempo explorar potencialidades no campo da cultura e extensão universitárias colocadas por sua localização central na cidade de São Paulo. Tendo como meta de base o aprofundamento e qualificação dos parâmetros de atuação definidos no regimento do CPC, suas ações serão portanto pautadas por essas duas diretrizes. De um lado, o fortalecimento do órgão como lugar de articulação de políticas patrimoniais no âmbito da USP, contribuindo para a identificação, preservação, valorização e divulgação do patrimônio histórico e ambiental, artístico e intelectual da Universidade. De outro, a reinserção da discussão do patrimônio cultural universitário em um campo mais amplo de questões: sua dimensão pública e laica, de afirmação de princípios de cidadania e inserção social, seus suportes imateriais e espirituais, seus modos específicos de materialização e tangibilidade, suas relações com outras formas do saber e do fazer, a memória social e a experiência histórica.

Trata-se, portanto, de responder à sua vocação original de órgão de fomento, coordenação e normalização de ações nesse setor, garantindo a continuidade de programas julgados bem sucedidos, mas também revisando critérios e procedimentos, e introduzindo novas abordagens e significados no campo do patrimônio universitário, dos bens culturais e dos usos da memória.

Sua inscrição imediata no universo da cultura e extensão universitária, bem como sua localização central - em 2004 o CPC foi instalado à antiga casa de Dona Yayá, à Rua Major Diogo, 353, no Bixiga - e a densidade histórica que cerca sua sede, suscitam o reforço de princípios de aproximação entre a universidade e a sociedade, tensionando as tendências à autosegregação da vida acadêmica assim como, metaforicamente, os espectros de clausura, segregação e incompreensão que rondam a casa, o bairro e a cidade.

Nesse sentido, nossos projetos e atividades ao longo da gestão que se inicia serão articulados em torno de três grandes eixos de gravitação. Com isso, procura-se assegurar certa continuidade e complexidade nas abordagens sem sacrificar a diversidade dos materiais de reflexão e seus modos de consideração, permitindo ao mesmo tempo racionalizar, qualificar e dar sentido coletivo ao trabalho desenvolvido no CPC, seu caráter cumulativo e formativo do ponto de vista da recepção pública.

Se os 3 eixos de trabalho dão norte e face à gestão que se inicia - nossa abordagem das questões de cultura e extensão, preservação cultural, patrimônio universitário e suas relações com os processos históricos, sociais e culturais mais amplos – os compromissos e funções regimentais se mantêm, bem como programas permanentes como os de educação patrimonial, visitação, publicações, tanto quanto possível aproximando-os às coordenadas gerais deste plano de trabalho. Da mesma forma, serão estimuladas parcerias bem sucedidas com outras unidades da USP, como a FAU, a ECA, o CORALUSP, o TUSP, o apoio aos programas da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária, como o Nascente, as Semanas de Arte e Cultura, dos Museus, as propostas provenientes de outras instituições públicas e da sociedade civil, escolas, centros sociais, grupos culturais, ONGs etc.

Eixo 1 – Memória e cultura uspiana

Desde a sua criação o CPC tem como fim a elaboração de reflexões e ações ligadas à coleta, conservação, pesquisa, experimentação e comunicação de testemunhos do patrimônio cultural. Suas contribuições são inestimáveis nesse setor. Elas aparecem de modo privilegiado na coleção dos Cadernos CPC, que sintetizam um esforço intelectual e político que sem dúvida ultrapassa seu caráter inventarial. Como não poderia deixar de ser, a conceituação do patrimônio cultural da USP parece vir amadurecendo a partir de uma noção prévia, consagrada no âmbito das políticas de preservação, do bem cultural como monumento. Daí a prioridade inicial aos temas da preservação do patrimônio edificado, tombado ou em processo de tombamento, os painéis e pinturas murais, os acervos museológicos e coleções institucionais, obras de arte pública, retratos de homenagem etc. Nesse processo, o mapeamento e inventário dos conjuntos de valor histórico cultural, ao lado das iniciativas de definição de prioridades e critérios quanto à aquisição, conservação, restauro e qualificação do patrimônio universitário, resultou em um imenso corpus de registros,

bancos de dados, publicações e no refinamento de práticas de inventário, com o despertar de uma sensibilidade para com as questões da preservação nos mais diversos setores da comunidade uspiana.

É interessante notar como mais recentemente, sobretudo com a transferência do CPC do campus Butantã para a nova sede no Bexiga, novas questões foram se colocando no âmbito conceitual do patrimônio universitário: o patrimônio ambiental, donde as estruturas físicas e urbanísticas dos campi vistas como suportes de memória e lugares de referência da vida universitária, as relações com seus entornos naturais e geográficos, os acervos fotográficos da universidade e seus usos técnicos e documentais por parte das diversas disciplinas de conhecimento etc. Tal ampliação da pauta de questões do patrimônio cultural da universidade coloca em discussão suas especificidades conceituais, esferas e formas próprias de relevância e significado, e a multidisciplinaridade que o caracteriza.

Neste processo de reflexão sobre as especificidades do patrimônio de uma instituição cultural como a universidade, e da USP em particular, o interesse na problemática do patrimônio imaterial é inevitável. O foco recairá, portanto, naquilo que lhe parece característico enquanto legado histórico e cultural, sua condição de lugar de produção intelectual, científica, teórica: as formas vivas de linguagem e pensamento que vicejaram ou circularam na USP, os modos de criação, expressão e representação cultural, sua micro-história e a memória não oficial da instituição, as tradições especulativas ou críticas e a memória dos grupos, movimentos, escolas, as práticas de ensino e pesquisa, de laboratórios, expedições, os modos de saber e de fazer, as identidades coletivas, em suma as especificidades daquilo que configura um patrimônio intangível, ainda que de modo algum autônomo, da universidade. Sem desconsiderar suas inevitáveis dimensões de materialidade, pretende-se avançar no esforço de reflexão sobre os elos entre patrimônio cultural e cultura universitária, bem como sobre as formas de preservação e compreensão da experiência teórica, filosófica, espiritual, ideológica e política que singulariza a USP em particular.

Eixo 2 – Arquitetura, artes, ofícios

É bem sabido o lugar privilegiado da arquitetura na história das políticas de preservação no Brasil, no que certos vínculos ideais entre a arquitetura e as narrativas da colonização e da modernização contribuíram frequentemente para se fazer abstração dos processos materiais da construção e ornamentação, seus agentes, recursos e técnicas, em prol de seus atributos formais ou significados históricos. É possível que isso tenha a ver com o primado do legado colonial e do critério modernista na base da ideia de patrimônio histórico entre nós. As dificuldades óbvias de localização dos artesãos e artífices no campo da produção material e cultural, e a desvalorização habitual do universo ornamental, decorativo, estilístico ou aplicado, do ecletismo ao gosto médio e popular, tem algo a ver com o relativo silêncio de que se reveste a contribuição de mestres, artesãos e oficiais mecânicos na história da arquitetura.

Ao focalizar o campo do patrimônio edificado como sede de experiências, memórias e significados sociais e históricos, o presente eixo de trabalho pretende investir na desconstrução e reconstrução da ideia de patrimônio como coisa acabada, de modo a valorizar sua condição coletiva e articular suas transformações na história às suas dimensões produtivas. Por isso o privilégio desta vez conferido aos aspectos latentes ou invisíveis, anônimos ou lançados no anonimato, esquecidos ou recalçados das artes e ofícios da arquitetura, operantes no tempo, do passado histórico ao presente do restauro e dos canteiros modernos.

O trabalho de artistas, mestres, artesãos e artífices, desenhistas e pedreiros, riscadores de madeira, ferro, mármore e vidro, modeladores e pintores, suas organizações produtivas, divisões, hierarquias e papéis profissionais, a formação da mão-de-obra e os lugares do trabalho, das corporações e irmandades às cooperativas, mútuas e sindicatos, liceus, oficinas, ateliês, fabriquetas, as técnicas e modelos de produção, os materiais e ferramentas, os estilos ornamentais e tradições decorativas, as formas de promoção, reconhecimento e contratação, as formas de remuneração e reprodução, os estilos de vida e o cotidiano etc, tal um campo fértil de questões no interior do qual a pesquisa universitária contemporânea tem muito a oferecer às discussões contemporâneas em torno do patrimônio edificado.

O interesse aqui é lançar luzes sobre múltiplas formas de saber e de fazer que atuam na história e no patrimônio de arquitetura, as culturas construtivas e ornamentais, suas relações de autonomia, troca e subordinação face a saberes técnicos, científicos ou eruditos, assim como ao processo mais geral de modernização e urbanização da sociedade. As edificações históricas, seus traços produtivos, assim como as ruínas, as demolições, os canteiros de obras podem ser assim semantizados como lugares da memória social e cultural, como momentos de articulação entre presente, passado e futuro, preservação e transformação, resistência, destruição e recriação.

Desse modo, os elos entre patrimônio edificado, história da arquitetura e transformação urbana serão articulados a partir de múltiplas temáticas e abordagens, reunindo contribuições disciplinares diversas, da história social, da história das técnicas, da história da arquitetura, da tecnologia, da economia e da engenharia etc, mobilizando suportes diversos e finalidades diversas, de educação patrimonial, analíticas, documentais etc.

Eixo 3 – Histórias e culturas da cidade

Na história da USP não há como subestimar o impacto que a reunião física de suas unidades no espaço dos campi deve ter acarretado em suas relações com as cidades onde se encontravam, as culturas públicas locais e as dinâmicas culturais e intelectuais internas à universidade. Se ganhos prováveis são discerníveis na escala da oferta do ensino, no desenvolvimento da pesquisa especializada, na racionalização da gestão, não há evidências claras de que as relações entre suas diversas unidades, nem delas com a cidade tenham sido beneficiadas por esse processo de autosegregação da vida universitária.

Diga-se de passagem que a tendência à suburbanização ou à provincialização não é específica à USP, mas é constitutiva da experiência universitária no Ocidente. Associa-se à ideia de que a inovação cultural tem como *locus* ambientes semi-enclausurados, nos quais certa heterogeneidade intelectual e a relativa autonomia do conhecimento oferecem garantias à movimentação e à ascendência de seus integrantes em face da energia cinética e emocional da vida metropolitana.

Esse parece ser ponto sensível às políticas de cultura e extensão, evidentes nas diretrizes atuais desta Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária ao se colocar metas claras de articulação da universidade com a sociedade, e de ampliação do acesso à produção cultural da USP. Talvez por isso seja preciso investirmos em um movimento de reaproximação física da universidade com a cidade, no qual a Casa de Dona Yayá pode se configurar como uma das estações avançadas no centro paulistano. Recuperarmos esse lugar e qualificá-lo como espaço de ruptura tanto com a tendência ao enclave físico, quanto com o isolamento entre as áreas de conhecimento umas com as outras, pode vir a contribuir no processo de entre-conhecimento entre a universidade e a cidade, os saberes leigos e especializados, a ciência e a *praxis*, a partir dos estímulos e desafios que eles se lançam reciprocamente na contemporaneidade.

É de se notar, nesse sentido, que a cidade e a universidade partilham de uma ecologia comum, afirmando algumas características sociológicas comuns como a secularidade, a tolerância, a especialização, a concentração e a diversidade. Levando isso em conta, pretende-se explorar algumas dessas dimensões de continuidade ou contiguidade, focalizando as histórias e as práticas culturais contemporâneas em São Paulo e mobilizando o conhecimento acumulado nas diversas áreas afins de conhecimento, das artes à antropologia, da história à psicologia, da arquitetura à literatura, da sociologia às ciências ambientais, entre outras.

Entre as possibilidades temáticas a serem exploradas em nossas atividades: as relações entre metrópole e cultura, cidade, arte e pensamento; a constituição histórica e sócio-cultural da metrópole, de seus bairros centrais e periferias; a diversidade sócio-cultural do centro histórico, seus agentes, práticas, dinâmicas e espaços; as formas da cultura metropolitana, a culturalização contemporânea das cidades e os lugares e formas de expressão cultural das minorias sociais, culturais, sexuais e étnicas.

Créditos

* Diretor e vice-diretora do Centro de Preservação Cultural da Universidade de São Paulo (CPC-USP).